



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do Banco IBM S.A. ("Banco") relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, com as respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes emitidos pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. **1 - Atividades:** O Banco possui como principal estratégia e missão a disponibilidade de soluções financeiras flexíveis e de custos competitivos, customizados para financiamento de equipamentos, software e serviços IBM através de todos os canais de vendas da IBM Brasil. Busca permitir à seus clientes a preservação de linhas de crédito e de caixa para investimentos em seu foco de negócio, assim como oferece alternativas para um melhor gerenciamento do orçamento de TI. **2 - Cenário Econômico:** O Ministério da Economia revisou a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil para 1,2% em 2023, contra 2,9% de crescimento em 2022. A expectativa de inflação oficial medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é de 5,8% em 2023, similar ao índice oficial de 2022. A previsão do mercado financeiro indica uma taxa básica Selic em 12,75% para final de 2023. O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-

DI) acumulou índice de 5,03% em 2022. Para o ano de 2023, em meio às incertezas sobre a política econômica do novo governo, espera-se maior controle do endividamento público incluindo reformas estruturais. Os riscos externos seguem em monitoramento na evolução nas tensões na guerra Rússia-Ucrânia e seus impactos na economia mundial. O Banco IBM permanece atento às expectativas de mercado em seus novos volumes de negócios e na manutenção do atual controle de seus recebíveis. **3 - Desempenho Operacional:** Em 31 de Dezembro de 2022, o Banco apresentou um patrimônio líquido de **463,3 milhões de reais**. O valor presente do montante a receber de arrendamentos, operações de crédito, aquisição de direitos e aplicações interfinanceiras de liquidez totalizam **2.598 milhões de reais** no final do período. Consoante a estratégia da administração o lucro líquido auferido no período deverá adicionar os lucros acumulados no exercício que serão adicionados às reservas de lucros, respeitados os limites da regulamentação. Rio de Janeiro, 17 de Março de 2023.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	2022	2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2022	2021
Circulante		1.946.382	1.488.890	Circulante		1.695.746	1.181.717
Caixa e equivalente de caixa	3	68.227	4.916	Depósitos		1.559.711	1.153.757
Operações de crédito	4	8	1.384	Depósitos interfinanceiros	10 (b)	–	36.767
Financiamentos e títulos descontados		74	1.610	Depósitos a prazo	10 (a)	1.559.711	1.116.990
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4 e 7	(66)	(226)	Impostos a recolher	12 (a)	50.579	4.064
Aquisições de direitos	5	86.256	45.032	Outras obrigações	11	85.456	23.896
Aquisições de direitos		86.983	45.137	Dividendos a pagar		11.999	8.972
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5 e 7	(727)	(105)	Fornecedores a pagar		72.812	14.073
Operações de arrendamento mercantil	6	1.559.765	1.325.710	Outros Passivos		645	851
Arrendamento mercantil financeiro		1.560.245	1.327.846	Não circulante		1.032.741	1.507.776
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 e 7	(480)	(2.136)	Depósitos	10 (a)	824.150	1.295.405
Impostos a compensar	12 (a)	192.231	104.197	Obrigações fiscais diferidas	13	5.037	21.508
Outros créditos	9	39.895	7.651	Contingências	17	203.554	190.863
Outros ativos		39.895	7.651	Vinculadas a processos judiciais		201.908	189.571
Não circulante		1.245.435	1.652.324	Outras contingências		1.646	1.292
Operações de crédito	4	–	64	Patrimônio líquido	14	463.330	451.721
Financiamentos		–	74	Capital social		373.478	373.478
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4 e 7	–	(10)	Reservas de lucros		89.852	78.243
Aquisições de direitos	5	393	142	Total do passivo e patrimônio líquido		3.191.817	3.141.214
Aquisições de direitos		395	142				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5 e 7	(2)	–				
Operações de arrendamento mercantil	6	950.541	1.371.428				
Arrendamento mercantil financeiro		950.798	1.373.638				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6(a) e 7	(257)	(2.210)				
Créditos tributários	13	75.534	74.635				
Depósitos vinculados a processos judiciais	17	218.967	206.055				
Total do ativo		3.191.817	3.141.214				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em milhares de reais, exceto lucro por ação

	Exercícios findos		
	2º semestre de 2022	em 31 de dezembro 2022	2021
Receitas da intermediação financeira			
Receita com arrendamento mercantil financeiro (Nota 6(e))	255.009	456.799	255.696
Receita com arrendamento mercantil operacional	–	–	8
Operações de crédito (Nota 4)	2	33	421
Operações de aquisição de direitos (Nota 5)	4.487	8.447	7.559
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	8.503	11.425	568
Recuperação de créditos baixados a prejuízo (Nota 7)	432	1.238	1.160
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	103	3.035	2.888
	268.536	480.977	268.300
Despesas da intermediação financeira			
Despesas de depósitos a prazo (nota 10(a))	(200.988)	(344.883)	(137.363)
Despesas de depósitos interfinanceiros	–	(207)	(3.350)
Outras despesas de captação no mercado	(1.509)	(2.781)	(2.333)
Operações de arrendamento mercantil operacional	–	–	(9)
	(202.497)	(347.871)	(143.055)
Resultado bruto da intermediação financeira	66.039	133.106	125.245
Outras (despesas) receitas operacionais			
Despesas administrativas	(16.841)	(28.496)	(32.776)
Despesas tributárias (Nota 19)	(20.451)	(38.572)	(28.202)
Despesas com provisão para contingência	(250)	(984)	(425)
Outras receitas operacionais (Nota 20)	7.191	13.078	2.562
Outras despesas operacionais (Nota 20)	(520)	(2.325)	(6.339)
	(30.871)	(57.299)	(65.180)
Resultado operacional	35.168	75.807	60.065
Resultado não operacional	326	3.898	3.945
Resultado antes da tributação sobre o lucro	35.494	79.705	64.010
Despesa de imposto de renda e contribuição social			
Provisão para imposto de renda (Nota 12 (b))	(20.077)	(25.637)	–
Provisão para contribuição social (Nota 12 (b))	(16.456)	(20.914)	–
Ativo fiscal diferido (Notas 12 (b) e 13)	6.158	899	(9.139)
Passivo fiscal diferido (Notas 12 (b) e 13)	21.291	16.471	(17.094)
	(9.084)	(29.181)	(26.233)
Lucro líquido do semestre/exercício	26.410	50.524	37.777
Lucro líquido por ação do capital social final	0,16	0,30	0,22

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhares de reais

	Exercícios findos em		
	2º semestre de 2022	31 de dezembro 2022	2021
Lucro líquido	26.410	50.524	37.777
Componentes do resultado abrangente	–	–	–
Total do resultado abrangente	26.410	50.524	37.777

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhares de reais

	Exercícios findos		
	2º semestre de 2022	em 31 de dezembro 2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	26.410	50.524	37.777
Lucro líquido	–	–	9
Ajustes ao lucro líquido			
Depreciação de imobilizado de arrendamento mercantil operacional	–	–	9
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	(103)	(3.035)	(2.888)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13)	(27.449)	(17.370)	26.233
Atualização monetária (Nota 20)	(6.833)	(12.527)	(2.267)
Baixa de crédito tributário (Nota 20)	–	1.136	–
Constituição de provisão de contingências	250	984	425
Lucro líquido ajustado	(7.725)	19.712	59.289
Variação de ativos e obrigações			
Redução em operações de crédito	155	1.610	10.343
Redução (aumento) em aquisições de direitos	(44.806)	(42.099)	95.220
Redução (aumento) em operações de arrendamento mercantil financeiro	(306.405)	190.321	(578.150)
(Aumento) em outros créditos	(59.962)	(111.067)	(18.738)
Aumento (redução) em outras obrigações	78.033	106.023	(65.090)
Aumento (redução) em depósitos	373.941	(65.301)	618.550
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	33.231	99.199	121.424
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos (Nota 14 (e))	–	(35.888)	(145.164)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	–	(35.888)	(145.164)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	33.231	63.311	(23.740)
Modificações no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do semestre/exercício (Nota 3)	34.996	4.916	28.656
Saldo no fim do semestre/exercício (Nota 3)	68.227	68.227	4.916
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	33.231	63.311	(23.740)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional: O Banco IBM S.A. ("Banco"), sociedade subsidiária integral da IBM Participações Ltda. ("IBM Participações"), a qual, em última instância, está controlada pela IBM GF Brasil, com sede na Avenida República do Chile 330, 12º andar, bloco 2, Sala 1201 - parte 3, Centro, na capital do Estado do Rio de Janeiro, tem como objetivo principal financiar, mediante operações de crédito e de arrendamento mercantil, clientes interessados na aquisição de produtos e/ou serviços de tecnologia, incluindo clientes da IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda., empresa do mesmo grupo econômico, sendo as principais operações realizadas na capital do Estado de São Paulo. O Banco opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de arrendamento mercantil e de investimento, sendo os recursos utilizados para tais operações captados com outras instituições financeiras do mercado e com as entidades do Grupo IBM. O benefício dos serviços prestados entre as empresas da organização e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo políticas do Grupo IBM, tendo em vista a praticabilidade e razoabilidade de serem atribuídos às empresas. Em meados de março de 2020, em decorrência do início da pandemia da Covid-19, as atividades econômicas no Brasil foram reduzidas drasticamente, tendo sido impostas restrições e medidas de distanciamento social com a finalidade de reduzir a circulação do vírus. O Banco IBM adotou o afastamento de seus funcionários, para trabalho remoto, no intuito de preservar a saúde e a segurança dos seus colaboradores e a manutenção de suas atividades. A partir de abril de 2022, o Banco IBM passou a flexibilizar o retorno aos escritórios em conformidade com as diretrizes das autoridades de saúde. Apesar dos impactos econômicos causados pela pandemia, as atividades do Banco IBM não foram afetadas em seus aspectos significativos de inadimplência. Não se evidencia impactos de deterioração do crédito e de descumprimentos nos limites legais. O Banco IBM considera não haver riscos de continuidade, nem de necessidade de ajustes de estimativas contábeis que possam produzir efeitos significativos em sua posição patrimonial e financeira. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 23 de março de 2023.

2 Principais políticas contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), incluindo as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do próprio BACEN. A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem principalmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisões para passivos contingentes, a provisão para imposto de renda e os ativos fiscais diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá apresentar variações em relação aos valores originalmente registrados. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Banco atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$) que é a moeda funcional do Banco. **Convergência às normas internacionais:** Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos já aprovados pelo BACEN são: • Res. 4.144/12 - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro (Pronunciamento conceitual básico CPC 00 R1), exceto nas matérias não conflitantes com os dispositivos do BACEN. • Res. 3.566/08 - Redução do valor recuperável de ativos (CPC 01 - R1). • Res. 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis (CPC 02 - R2). • Res. 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 - R2). • Res. 4.534/16 - Ativo Intangível (CPC 04 - R1). • Res. 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 - R1). • Res. 3.989/11 - Pagamento baseados em ações (CPC 10 - R1). • Res. 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23). • Res. 3.973/11 - Eventos subsequentes (CPC 24). • Res. 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25). • Res. 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27). • Res. 4.877/20 - Benefícios a empregados (CPC 33 - R1). • Res. 3.959/19 - Resultado por ação (CPC 41). • Res. 4.748/19 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46). • Res. 4.924/21 - Receita de contrato com cliente (CPC 47). • Res. 4.966/21 - Instrumentos financeiros (CPC 48) - entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. • Res. 4.975/21 - Arrendamentos (CPC 06 - R2) - entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 2/20 com vigências a partir de 1º de janeiro de 2021, estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e informações financeiras de períodos inferiores a um ano, incluindo: a apresentação da demonstração do resultado abrangente, a apresentação de informações financeiras de forma completa e divulgação da segregação do resultado recorrente e não recorrente. Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para a demonstração financeira. A Resolução CMN nº 4.966/201 estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. O Banco Central do Brasil (Bacen) ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas. O Banco IBM elaborou um plano formal, aprovado internamente pela sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos

normativos e de processo, definir aspectos de governança, além de identificar aspectos sistêmicos, em duas etapas iniciais: • Cronograma do Projeto: devido a participação de diversas áreas da organização, foram definidos gestores de iniciativas responsáveis pela execução das frentes de trabalho. O cronograma previa, durante o ano de 2022, uma avaliação normativa exaustiva para definição do escopo dos principais núcleos de trabalho, o mapeamento dos sistemas impactados, identificação das mudanças necessárias e desenho da solução técnica. Previsão de finalização em Junho de 2023 quando se inicia a fase de execução do projeto. • Diagnóstico dos Principais Impactos: identificação dos aspectos mais críticos para desenvolvimento do projeto como classificação e mensuração, adequação dos modelos de perda esperada e, sendo necessário, mudanças em sistemas. O Banco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até sua entrada em vigor. **(a) Apuração do resultado:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabeleça que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "*pro rata die*" e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. **Resultado não recorrente:** O Banco IBM considera como não recorrentes, as receitas e despesas que: (a) não estejam relacionadas ou estejam relacionadas incidentalmente com as atividades típicas do Banco; e (b) não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os efeitos dos itens de resultado não recorrentes são conforme abaixo:

	2º semestre de 2022	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Resultado recorrente	26.410	51.660	37.777
Resultado não recorrente	–	–	–
Baixa de pedido de restituição de PIS e COFINS (*)	–	(1.136)	–
Lucro líquido do semestre/exercício	26.410	50.524	37.777

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 parte do pedido de restituição realizado pelo Banco referente a PIS e COFINS foram indeferidos. Os impostos a compensar eram referentes aos meses de novembro e dezembro de 2008 e janeiro e fevereiro de 2010, com valor original de R\$ 532. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, eventuais caixas em trânsito e eventuais recursos aplicados em "*overnight*". Apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações pós-fixadas são registradas pelo valor atualizado, em base "*pro rata die*" até a data do balanço. **(d) Operações de crédito e operações com característica de concessão de crédito:** Registradas pelo custo amortizado, calculado "*pro rata die*" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. **(e) Arrendamentos mercantis a receber:** Registrados pelo valor contratual em contrapartida às contas retificadoras de rendas de arrendamento a apropriar. As rendas a apropriar de arrendamento mercantil são apropriadas ao resultado como rendas efetivas quando do vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF e suas respectivas alterações. Nas operações que apresentam atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação está vinculada ao recebimento das parcelas contratuais de acordo com a Resolução do CMN nº 1.429/89. O ajuste a valor presente das contraprestações a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido com o superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de compatibilizar os registros contábeis do Banco, conforme exigido pelas normas legais vigentes, às práticas contábeis estabelecidas pela Circular BACEN nº 1.429/89. (Nota explicativa 6(c)). Conforme Resolução Bacen nº 4.535/16 os ativos objeto de arrendamento mercantil estão registrados no ativo imobilizado, demonstrados ao custo, combinado com os seguintes aspectos: • depreciação do imobilizado de arrendamento calculada com base na vida útil estimada ou de forma acelerada segundo as disposições da Portaria MF nº 140/84 e suas respectivas alterações. (Nota explicativa 6 (d)), e • ajustes de superveniência/insuficiência de depreciação do imobilizado de arrendamento, equivalentes ao ajuste das operações de arrendamento mercantil ao valor presente de seus fluxos futuros, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, que está classificado na demonstração do resultado em receitas ou despesas da intermediação financeira das operações de arrendamento mercantil (Nota explicativa 6 (d)). Conforme Circular Bacen nº 1.429/89, os valores residuais dos contratos de arrendamento mercantil, ajustados pelos valores da opção de compra, são transferidos para perdas de arrendamento a amortizar e amortizados no prazo de vida útil remanescente do bem, se devedores, ou apropriados diretamente ao resultado, se credores (Nota explicativa 6 (d)). Conforme a Resolução nº 4.534/16 do Bacen, os montantes de perdas de arrendamento a amortizar são classificados na rubrica de imobilizado de arrendamento. Em agosto de 2020 foi emitida a Resolução Bacen nº 2/20 consolidando a apresentação nas demonstrações financeiras das operações de arrendamento mercantil financeiro, que passaram a ser apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos no contrato. No cálculo de valor presente dos arrendamentos mercantis financeiros é utilizada a taxa que equaliza o valor do bem arrendado, na data da contratação, ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos previstos ao longo do prazo contratual, incluindo o valor presente provável de realização do bem arrendado no final do contrato deduzidos os custos de venda. A composição do montante de valor presente da carteira conforme registrado de acordo com as regras contábeis aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central está presente na Nota explicativa 6(c). **(f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** É fundamentada mediante análise das operações efetuada pela administração, objetivando concluir quanto ao valor de realização de tais créditos, e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência e os riscos específicos e globais de cada operação, as garantias recebidas, bem como as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99. Para os casos em que o cliente apresentar atrasos

temporais no pagamento das contraprestações, indicado pelo acompanhamento feito pelo departamento de contas a receber, e com a supervisão do Diretor Operacional, observa-se se o cliente não apresenta problemas financeiros ou ineficiência em seu fluxo de caixa, bem como históricos de atrasos com o Banco ou com o mercado. Para a aplicação do critério de exceção previsto no artigo 2º da Resolução 2.682/99, inicialmente é realizada a análise por grupo econômico. Para o cliente de um mesmo grupo econômico que apresente faturas em atraso, mas atenda ao descrito no parágrafo anterior, este será isolado na análise da aplicação das faixas de risco de crédito e, para o contrato que apresente parcela(s) em atraso, será sempre atribuída a pior classificação de crédito dentre todos os contratos em atraso desse cliente, conforme artigo 4º da Resolução 2.682/99. Para os demais contratos, sem parcelas vencidas, desse mesmo cliente é mantida a sua classificação de crédito original. Serão considerado para o critério de exceção a representatividade em percentual das parcelas em atraso, comparado ao valor presente das operações do cliente em análise, não podendo esse ser maior que 20%. As operações em atraso há mais de 180 dias, classificadas com o rating "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegotiadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação e, no caso de já terem sido baixadas contra provisão, são integralmente provisionadas; os ganhos são reconhecidos na receita quando do efetivo recebimento. A receita decorrente da recuperação de operações levadas anteriormente a prejuízo, está classificada na linha de "Recuperação de Créditos baixados a prejuízo", quando aplicável. As movimentações dos créditos de liquidação duvidosa, bem como dos contratos renegotiados e recuperações de créditos baixados a prejuízo ocorridos no período, estão demonstradas na Nota explicativa 7. **(g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, bem como sobre as adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários". A provisão para as obrigações fiscais diferidas aplicadas à atualização monetária sobre depósitos judiciais e à eventual saldo de superveniência de depreciação é registrada na rubrica "Obrigações Fiscais Diferidas". Os referidos créditos tributários foram constituídos com base em estudos técnicos, considerando-se as projeções de lucros tributários futuros as quais incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrente das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro anual tributável e, quando aplicável, acrescida de adicional específico de 10% sobre o lucro tributável que ultrapassar R\$ 240. Em 1º de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória 1.034/2021 ("MP") que alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 20% para 25% para instituições financeiras, referidas na lei complementar nº 105/2001, até 31 de dezembro de 2021. A referida MP entrou em vigor para o período entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2021. Para os outros meses a provisão para a contribuição social foi constituída à alíquota de 20%. Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória 1.115/2022 ("MP") que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras de 20% para 21% até 31 de dezembro de 2022. A referida MP entra em vigor para o período entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022. Para os outros meses a provisão para a contribuição social será constituída à alíquota de 20%. **(h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fisca

4 Operações de crédito: Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as operações de crédito são compostas substancialmente por operações de financiamentos.

Atividade econômica	2022				2021			
	Res. 2.682/99	Provisão de provisão	Nível de risco	Valor para perdas	Valor para perdas	Provisão para perdas	Valor para perdas	Provisão para perdas
Serviços	1.0%	B	-	-	38	-	-	-
	3.0%	C	-	-	57	-	-	(2)
	100.0%	H	66	(66)	224	(224)	(224)	(6)
Indústria	0.5%	A	-	-	1.261	-	-	-
	3.0%	C	-	-	104	-	-	(4)
			8	(66)	1.684	(236)	-	-
Circulante			74	(66)	1.610	(226)	-	-
Não circulante			-	-	74	-	-	(10)

As operações de crédito possuem a seguinte quebra por faixa de vencimento:

	Vencidas							A vencer	
	Até 60 dias	Entre 61 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos		Mais de 5 anos
2022	-	-	-	48	26	-	-	-	74
2021	-	-	-	1.378	232	74	-	-	1.684

As receitas com essas operações reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizam R\$ 33 (2021 - R\$ 421).

5 Aquisição de direitos: Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as operações de aquisição de direitos creditórios são compostas de compras de direitos de recebimentos à vista ou em parcelas, via cessão, sem direito de regresso, junto a pessoas jurídicas não participantes do sistema financeiro nacional.

Atividade econômica	2022				2021			
	Res. 2.682/99	Provisão de provisão	Nível de risco	Valor para perdas	Valor para perdas	Provisão para perdas	Valor para perdas	Provisão para perdas
Serviços	0,5%	A	1.334	(7)	1.992	(10)	-	-
	3,0%	C	178	(5)	426	(13)	-	-
		AA	59.236	-	33.609	-	-	-
Comércio	0,5%	A	23	-	15	-	-	-
	1,0%	B	-	-	5.546	(5)	-	-
	3,0%	C	23.519	(706)	811	(25)	-	-
Instituições Financeiras		AA	-	-	2.970	-	-	-
Indústria		AA	1.945	-	450	(2)	-	-
	1%	B	1.143	(11)	-	-	-	-
			87.378	(729)	45.279	(105)	-	-
Circulante			86.983	(727)	45.137	105	-	-
Não circulante			395	(2)	142	-	-	-

As operações de aquisição de direitos possuem a seguinte quebra por faixa de vencimento:

	Vencidas							A vencer	
	Até 60 dias	Entre 61 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos		Mais de 5 anos
2022	26	-	-	85.111	1.846	395	-	-	87.378
2021	4.362	-	-	39.251	1.524	142	-	-	45.279

As receitas com essas operações, reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, totalizam R\$ 8.447 (dezembro 2021 - R\$ 7.559). A remuneração média da carteira é de 17,97% a.a. no exercício de 2022 (2021 - 10,93% a.a.).

6 Operações de arrendamento mercantil: Os contratos de arrendamento têm cláusula de não-cancelamento, de opção de compra e são pactuados com cláusulas de correção monetária prefixada, pós-fixada ou de variação cambial e, quando aplicável, repactuação periódica de juros. Os arrendamentos a receber são garantidos pelos próprios bens objeto de arrendamento e os contratos contêm cláusula de seguro obrigatório a favor do Banco. As operações de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e as correspondentes provisões para crédito de liquidação duvidosa podem ser demonstradas como segue:

(a) Clientes pessoa jurídica por atividade econômica e nível de risco

Atividade econômica	2022				2021			
	Res. 2.682/99	Provisão de provisão	Nível de risco	Valor para perdas	Valor para perdas	Provisão para perdas	Valor para perdas	Provisão para perdas
Indústria	0,5%	AA	24	-	5.933	-	-	-
	1,0%	B	413	(4)	1.623	(16)	-	-
	3,0%	C	54	(2)	1.326	(40)	-	-
	30,0%	E	-	-	7	(2)	-	-
Comércio	0,5%	AA	1.256	-	3.844	-	-	-
	1,0%	B	36.007	(180)	56.191	(283)	-	-
	3,0%	C	118	(1)	753	(8)	-	-
	100,0%	H	-	-	8	-	-	-
Instituições Financeiras	0,5%	AA	2.344.715	-	2.476.029	-	-	-
	1,0%	A	56.021	(280)	54.448	(272)	-	-
	3,0%	B	-	-	794	(8)	-	-
	3,0%	C	-	-	112	(3)	-	-
Rural	0,5%	A	21.222	(106)	10.092	(50)	-	-
	1,0%	B	3.184	(32)	4.797	(48)	-	-
	3,0%	C	-	-	215	(6)	-	-
Serviços	0,5%	AA	25.018	-	32.933	-	-	-
	1,0%	B	6.780	(34)	10.189	(51)	-	-
	3,0%	C	3.389	(34)	23.360	(234)	-	-
	50,0%	F	15	-	374	(11)	-	-
	100,0%	H	-	-	8	(4)	-	-
			2.511.043	(737)	2.701.484	(4.346)	-	-
Circulante			1.560.245	(480)	1.327.846	(2.136)	-	-
Não circulante			950.798	(257)	1.373.638	(2.210)	-	-

(b) Por faixa de vencimento

	Vencidas							A vencer	
	Até 60 dias	Entre 61 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos		Mais de 5 anos
2022	1.668	-	-	472.174	1.086.403	950.798	-	-	2.511.043
2021	229	118	-	433.417	894.082	1.353.228	20.410	-	2.701.484

(c) Composição do valor presente: As operações de arrendamento mercantil financeiro são registradas de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89 e regras do contábeis aplicáveis, tendo sua composição conforme quadro abaixo:

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Arrendamentos financeiros a receber	2.605.284	2.827.942
Rendas de arrendamento financeiro a apropriar	(2.603.656)	(2.827.632)
Custo de bens arrendados	4.240.903	4.032.775
Depreciação acumulada	(1.821.376)	(1.418.438)
Superveniência (Insuficiência) de depreciação	(64.234)	7.234
Perdas em arrendamento a amortizar	154.122	79.603
	2.511.043	2.701.484

Conforme descrito na Nota 2 (e), a Resolução Bacen nº 2/20 alterou a divulgação das operações de arrendamento mercantil financeiro nas demonstrações financeiras, que passaram a ser apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos nos contratos. **(d) Composição do imobilizado de arrendamento financeiro:** As contas do imobilizado de arrendamento financeiro sofreram as seguintes mutações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	Dezembro 2022		Dezembro 2021		
	Saldo em 12/31/2021	Adições	Baixas Líquidas	Amortização (Insuficiência) 12/31/2022	Saldo em 12/31/2022
Imobilizado de arrendamento	2.621.571	1.078.200	(196.659)	(1.076.351)	2.355.293
Perdas em arrendamento a amortizar	79.603	187.094	-	(112.575)	154.122
Permanente	2.701.174	1.265.294	(196.659)	(1.188.927)	2.509.415

	Dezembro 2022		Dezembro 2021		
	Saldo em 12/31/2021	Adições	Baixas Líquidas	Amortização (Insuficiência) 12/31/2022	Saldo em 12/31/2022
Imobilizado de arrendamento	2.091.472	1.720.990	(315.684)	(981.109)	2.621.571
Perdas em arrendamento a amortizar	31.530	131.058	-	(82.985)	79.603
Permanente	2.123.002	1.852.048	(315.684)	(1.064.094)	2.701.174

Do valor de superveniência (insuficiência) de depreciação em 31 de dezembro de 2022, R\$ (660) (2021 - R\$ 0) são referentes aos efeitos da renegociação de contratos de arrendamento baixados a prejuízo, ajustados contra recuperação de créditos baixados a prejuízo e R\$ 94 (2021 - R\$ 0) são referentes aos efeitos da parcela a vencer da baixa a prejuízo de contratos de arrendamento, ajustados contra provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(e) Composição do resultado de arrendamento mercantil financeiro

	2º semestre 2022	2022	2021
Receita com faturamento	931.090	1.679.065	1.226.011
Lucro na alienação de bens arrendados (*)	36.687	39.292	12.022
Superveniência de depreciação	140.350	319.634	320.108
Despesa com depreciações e amortizações	(630.261)	(1.188.926)	(1.064.094)
Perda em arrendamentos a amortizar na alienação de bens arrendados (**)	(165)	(598)	(24.170)
Insuficiência de depreciação	(222.692)	(391.668)	(214.181)
	255.009	456.799	255.696

(*) Resultado na venda de valor residual, decorrente da opção de compra pela arrendatária ou terceiros. (**) Resultado na venda de valor residual, decorrente da venda de máquinas previamente agendadas para terceiros.

7 Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A Resolução CMN nº 2.682/99, introduziu parâmetros para a classificação das operações de crédito, de arrendamento mercantil e outras operações com características de concessão de crédito e constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os principais parâmetros são: * as operações de arrendamento e operações de crédito e aquisição de direitos são classificadas em nove níveis de riscos; e * a provisão para operações de crédito e aquisição de direitos e de arrendamentos de liquidação duvidosa é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada conforme descrito na Nota explicativa 2(f) e a movimentação dos exercícios está demonstrada conforme quadro abaixo:

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Saldo inicial	4.687	30.920
Baixas para prejuízo	(120)	(23.345)
Adição (Reversão) de provisão	(3.035)	(2.888)
Saldo final	1.532	4.687

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve R\$ 1.238 de recuperação de créditos baixados anteriormente (dezembro 2021 - R\$ 1.160), dos quais R\$ 660 são referentes a renegociação de créditos baixados a prejuízo (dezembro 2021 - R\$ 246).

8 Operações vinculadas: O Banco vincula suas operações ativas às captações de recursos por meio de depósitos a prazo, nos termos da Resolução 2.921/02 do CMN. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos das operações ativas vinculadas e da correspondente captação de recursos, bem como os correspondentes resultados apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão assim representados:

	2022		2021	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Operações ativas de Arrendamento Mercantil (i)	2.195.363	399.840	2.360.652	132.320
	2.195.363	399.840	2.360.652	132.320

	2022		2021	
	(Passivo)	(Despesa)	(Passivo)	(Despesa)
Captações de recursos	-	-	-	-
Depósitos a prazo	(2.262.163)	(331.185)	(2.386.113)	(93.408)
	(2.262.163)	(331.185)	(2.386.113)	(93.408)

(i) Apresentadas pelo valor presente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não havia inadimplências entre os ativos vinculados.

9 Outros créditos: Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os outros créditos do banco possuíam a seguinte composição:

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Venda de ativos de arrendamento mercantil (*)	37.657	6.618
Outras contas a receber	1.993	589
Bens não de uso	245	444
	39.895	7.651

(*) O saldo em questão foi, substancialmente, liquidado em janeiro de 2023.

10 Depósitos: (a) **Depósitos a prazo:** O Banco capta recursos por meio da emissão de certificados de depósito bancário para sua controladora indireta (IBM Global Financing Brasil Administração e Serviços Ltda.) e outros bancos não ligados, os quais estão substancialmente vinculados ao recebimento de parcelas de contratos de arrendamento mercantil, operações de crédito e aplicações interfinanceiras de liquidez efetivadas com recursos originados destes depósitos, nos termos da Resolução do Bacen nº 2.921/02 (Nota explicativa 8). Os depósitos são remunerados pela variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI + spread de risco ou a taxas prefixadas.

Vencimento final (*)	Dezembro 2022		Dezembro 2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Até 1 ano	403.630	-	180.522	-
De 1 a 2 anos	942.132	402.438	243.745	243.745
De 2 a 3 anos	94.195	112.347	610.789	871.995
De 3 a 5 anos	119.754	309.365	81.934	179.665
	1.559.711	824.150	1.116.990	1.295.405

(*) Os depósitos a prazo possuem um fluxo de pagamentos definido. O vencimento final é referente a última data de pagamento prevista nos contratos.

Os depósitos a prazo possuem a seguinte quebra por faixa de vencimento:

	Vencidas				A vencer
	Até 90 dias	Entre 91 e 360 dias	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	
Dezembro 2022	440.387	1.119.324	754.293	69.857	2.383.861
Dezembro 2021	339.886	777.105	1.279.609	15.795	2.412.395

A remuneração média da carteira é de CDI +2,70% a.a. para os títulos pós fixados (dezembro 2021 - CDI +2,72% a.a.) e 14,53% a.a. para os títulos pré fixados (dezembro 2021 - 11,61% - a.a.). As despesas com essas operações reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizam R\$ (344.883) (dezembro 2021 - R\$ (137.363)). **(b) Depósitos Interfinanceiros:** Em 31 de dezembro de 2022, o Banco não apresenta saldo de captações em depósitos interbancários. Em 31 de dezembro de 2021, o Banco apresenta captações em depósitos interbancários no valor de R\$ 36.767, com vencimento em 3 de janeiro de 2022.

11 Outras obrigações: Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as Outras obrigações do Banco possuem a seguinte composição:

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Dividendos a pagar (nota 14 (f))	11.999	8.972
Fornecedores de serviços	494	378
Fornecedores relacionados a operações (*)	72.318	13.695
Fundo garantidor de crédito (FGC)	482	438
Diversos	163	413
	85.456	23.896

(*) O saldo apresentado se refere a fornecedores relacionados a negócios realizados de arrendamento mercantil, operações de crédito e aquisições de direitos.

12 Impostos: (a) **Impostos a recolher e a compensar:** Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, os saldos em aberto dos impostos a recolher e a compensar é assim demonstrada:

	Dezembro 2022			
	Imposto de Renda e Contribuição Social	PIS e COFINS	ISS	



BANCO IBM S.A.

Carta Patente 330.0599/76
CNPJ 34.270.520/0001-36

continuação >>>

19 Despesas tributárias: As despesas tributárias do semestre e do exercício estão compostas como segue:

	2º Semestre 2022	2022	2021
ISS - Imposto sobre serviços de qualquer natureza	(17.310)	(32.241)	(22.273)
COFINS - contribuição para financiamento da seguridade social	(2.699)	(5.443)	(5.100)
PIS - Programa de Integração social	(442)	(888)	(829)
	<u>(20.451)</u>	<u>(38.572)</u>	<u>(28.202)</u>

20 Outras receitas/despesas operacionais: Outras receitas e outras despesas operacionais do semestre e exercícios, estão compostas como segue:

	2º Semestre 2022	2022	2021
Outras receitas operacionais			
Atualização monetária de impostos	6.833	12.527	2.267
Juros e variação cambial	358	550	268
Outros	—	1	27
	<u>7.191</u>	<u>13.078</u>	<u>2.562</u>

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

LUIZ ENRIQUE ZARAGOZA
Diretor Presidente

FERNANDO BEVLACQUA AGONIGI
Diretor Financeiro

FÁBIO AUGUSTO PRANGE
Diretor Operacional

ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES RAMOS
Diretor Tesoureiro

ROBSON LUIZ BEZERRA
Contador - CRC RJ-083476/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas Banco IBM S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco IBM S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco IBM S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras:** A diretoria do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as

demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade • operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Hugo Lisboa Ferreira
Contador CRC 1RJ116875/O-0